

-- SEÇÃO XII --

INDETERMINAÇÃO DO SIGNIFICADO E QUESTÕES DE  
INTERPRETAÇÃO



SIMPÓSIO\*

INDETERMINAÇÃO E CONTRADIÇÃO: UM CASO DE CONFLITO DE PAPÉIS SOCIAIS

Heronides Maurílio de Melo MOURA (UFSC)

*ABSTRACT: It has been argued that semantically indetermined words are linked to contradictions. In this sense, it is necessary to find a rule that retrieves coherence in these words usage. It is argued here that this rule is pragmatic, rather than semantics, and that it works as an implicature. This implicature is usually applied if the interactants are cooperative. However, as far as a social roles conflict arises, the implicature can be canceled and the contradiction in indetermined word usage strongly reappears.*

0. Introdução

O ideal para boa parte dos lingüistas é descrever o uso da língua na forma da aplicação de uma série de regras que definem a estrutura e a interpretação das sentenças. Segundo esta perspectiva, o uso da língua é regular, envolvendo uma série de instruções e regras que determinam como devemos interpretar as partes da sentença, e como devemos combinar essas partes para obter o sentido completo da sentença. O modelo de funcionamento é o do jogo de xadrez; não importa se o jogador de xadrez aplica automaticamente as regras ao jogar, o essencial é que o tipo de conhecimento que se atribui a ele é descrito com referência às regras do xadrez (Wright, 1976:225).

Nessa concepção, as regras sintático-semânticas que definem as interpretações das sentenças são independentes de fatores interacionais e dos papéis sociais envolvidos na interação. Não que essa concepção implique uma rejeição pura e simples dos fatores interacionais, mas esses são percebidos como epistemologicamente dependentes da aplicação das regras sintático-semânticas.

Neste texto, pretendo discutir a função de fatores interacionais na aplicação da regra de não-contradição no uso de palavras indeterminadas. Essa discussão pode nos levar, se não à rejeição da visão do uso da linguagem como a de aplicação de regras, ao menos à reavaliação da função que aí desempenham os fatores interacionais.

Para o desenvolvimento do artigo, seguirei os seguintes passos. Em primeiro lugar, apresentarei as definições dos conceitos semânticos envolvidos. Depois, farei uma breve análise de alguns exemplos, envolvendo a atividade interpretativa de falantes reais (na sala-de-aula e na interpretação literária). Finalmente, tentarei demonstrar que a aplicação da regra de não-contradição no uso de palavras indeterminadas é afetada pelos fatores interacionais.

O primeiro conceito semântico relevante aqui é o de contradição. A contradição é certamente uma pedra de toque dos sistemas semânticos. Qualquer sistema semântico que apresente sentenças contraditórias, contém algum tipo de imperfeição. A contradição é inaceitável, seja em função de princípios puramente lógicos ( $\sim (a. \sim a)$ ) (este princípio nega que uma proposição *a* possa ser simultaneamente verdadeira e falsa), seja em função de regras conversacionais

---

\* Simpósio "A Indeterminação do Significado e os Dilemas da Atividade Interpretativa".

(um locutor claramente contraditório não está sendo cooperativo, ao violar, pelo menos, a Máxima da Qualidade (Grice,1975)). Vejamos os dois exemplos abaixo:

(1a) Alguns alunos vieram para o encontro, na verdade todos.

(1b)?Alguns alunos vieram para o encontro, na verdade nenhum.

A primeira sentença é aceitável, a segunda não. Essa diferença de aceitabilidade reside no fato de que a primeira não envolve uma contradição, ao passo que a segunda contém uma contradição evidente. A sentença (1a) apresenta o cancelamento da implicatura (Levinson,1983)de que “nem todos os alunos vieram para o encontro”, mas isso não gera uma contradição, e sim apenas quebra uma expectativa, porque ‘alguns’ é compatível com ‘todos’. Agora (1b) é contraditório, porque ‘alguns’ implica ‘pelo menos um’, e como tal é incompatível com ‘nenhum’. Em resumo, contradições afetam drasticamente a aceitabilidade das sentenças.

Um segundo conceito semântico relevante é o de palavras indeterminadas ou vagas (para uma discussão terminológica e conceitual, cf. Moura, 1998<sup>a</sup> e 1998<sup>b</sup>). Estou usando aqui o rótulo ‘indeterminado’ num sentido estrito, correspondente nesse caso a ‘vago’. Num sentido lato, ‘indeterminado’ recobre uma série de fenômenos, como a ambigüidade, a polissemia, a metáfora etc (cf. Pinkal:1995). Uma palavra é dita indeterminada (no sentido estrito) quando sua definição semântica não permite precisar todos os casos de aplicação dessa palavra. Em outros termos, uma palavra é indeterminada quando há casos duvidosos de aplicação. Vejamos um exemplo:

(2) Bill Clinton é gorducho.

O predicado “gorducho” se aplica ou não a Bill Clinton? A decisão dessa questão não depende certamente do conhecimento de mundo (pois nós todos já vimos alguma vez o presidente dos Estados Unidos), mas da forma como interpretamos o significado de ‘gorducho’.

Uma característica importante das palavras indeterminadas é que sua presença afeta diretamente a interpretação da sentença como um todo, de modo que as regras de interpretação devem necessariamente abranger o uso das palavras indeterminadas.

A indeterminação do sentido não significa de modo algum que a significação seja completamente aberta e relativista. Mesmo para as palavras mais claramente indeterminadas (como ‘gorducho’), existem casos claros de aplicação e não-aplicação. Boris Casoy é provavelmente um caso claro de alguém gorducho, enquanto Marco Maciel é certamente um caso prototípico de alguém que não é gorducho.

Outro ponto a ser observado é que as palavras indeterminadas continuam indeterminadas mesmo quando se especifica uma classe de referência. Obviamente, o adjetivo ‘grande’ varia de significação quando aplicado à classe dos elefantes, das formigas e dos homens. Mas, ainda que determinemos uma classe de referência (a das formigas, por exemplo), a expressão ‘formiga grande’ continua indeterminada.

As palavras indeterminadas não se restringem às palavras graduais como 'gorducho', 'grande', 'alto', 'rico', 'pesado', 'inteligente' etc, para as quais não dispomos de limites precisos na gradação que elas denotam. Muitas outras palavras também são indeterminadas. Um exemplo clássico é o da palavra 'jogo', analisada nas *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein. Não temos uma definição precisa de 'jogo', em função da multiplicidade de critérios de definição. Uma atividade pode ser considerada jogo por diferentes critérios, e é impossível reduzir todos esses critérios a um conjunto de traços suficientes e necessários para a classificação de uma atividade como jogo (Lakoff, 1987). Por causa disso, há casos de aplicação duvidosa: por exemplo, um rodeio é um jogo ou não?

Vejamos ainda um outro exemplo:

(3) Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil.

Essa sentença é verdadeira ou falsa? Isso depende não apenas dos fatos históricos, mas da interpretação que dermos à expressão 'descobrir uma região geográfica'. O autor da sentença (3) não especificou isso, de modo que cabe aos interlocutores construir um contexto interpretativo. Por exemplo, se entendemos que 'descobrir uma região' significa chegar pela primeira vez a uma terra desabitada, a sentença (3) é falsa. Se entendemos que 'descobrir uma região' significa trazer para o conhecimento de uma civilização uma região desconhecida para ela, então (3) pode ser verdadeira, já que Cabral descobriu o Brasil para a Europa. Outras especificações suplementares podem ser fornecidas. A questão é que a sentença (3) pode ser verdadeira ou falsa dependendo da interpretação que dermos para a expressão 'descobrir uma região'. Logo, essa expressão tem um sentido indeterminado em (3).

A indeterminação é um aspecto do uso social da língua, e não da apreensão pessoal dos usuários da língua. Um falante pode associar a uma palavra diferentes traços, incorporados a ela pela história pessoal do falante na aquisição ou uso dessa palavra. Um falante pode associar a uma palavra certas ressonâncias que não fazem necessariamente parte do repertório comum da comunidade linguística da qual ele é membro constitutivo. Por outro lado, a indeterminação abordada aqui é um elemento intrínseco do uso social da linguagem.

Não pretendo discutir a abrangência da indeterminação nas palavras da língua natural, mas parto da idéia de que essa indeterminação é uma característica imanente da língua. Autores têm discutido se essa característica é uma vantagem ou desvantagem da língua natural (em comparação com as línguas artificiais, por exemplo). Posiciono-me do lado daqueles, como Quine (1960), Wright (1976), Pinkal (1995), que entendem que a indeterminação semântica proporciona uma enorme flexibilidade no uso da linguagem.

#### 1. Indeterminação semântica e contradição

Mas há um problema, infelizmente. A indeterminação semântica tem sido associada à contradição. E a contradição é semântica e pragmaticamente inaceitável, como vimos mais atrás. De onde vem essa associação entre indeterminação e

contradição? Ela tem sido exposta por vários autores contemporâneos (para uma análise detalhada, cf. Pinkal, 1995), mas na verdade ela se enraíza num antigo paradoxo elaborado na época da Grécia clássica. Trata-se do paradoxo de sorites (que significa feixe ou monte, em grego). O paradoxo é o seguinte: temos uma pilha ou monte de grãos de milho, por exemplo. Se retiramos dessa pilha um único grão de milho, obviamente ainda temos um monte de grãos. Se retiramos mais um grão da pilha, ainda temos um monte de grãos. E assim sucessivamente. Se retiramos um grão de milho, ainda temos a pilha. Assim, de grão em grão, tiramos todos, e ainda temos um monte de grãos de milho!

Evidentemente há uma coisa estranha aí, e por isso se trata de um paradoxo. Imediatamente pensamos: é evidente que num certo momento o monte deixa de ser um monte. Ok, mas quando isso ocorre? Dado um certo número de grãos formando um monte, se retiramos um único grão, ainda temos um monte.

O problema é que 'monte de grãos' é uma expressão indeterminada. Não há um limite claro entre o monte e o não-monte. E, seja como for, é absurdo imaginar que esse limite seja dado pela diferença de um único grão. A ausência de limites faz com que o significado de 'monte' seja contraditório, pois de uma mesma situação podemos dizer que temos um monte e que não temos um monte! É por isso que se diz que a indeterminação pode acarretar contradição.

Vejamus um outro exemplo desse paradoxo. Sabemos como, na vida prática, é difícil determinar se alguém é careca ou não. Obviamente, há os casos claros. Espiridião Amim é careca, Bill Clinton não é careca. Mas em outros casos a definição não é fácil. Essa indefinição está ligada ao paradoxo de sorites. Se retiramos um único cabelo de alguém que não é careca, essa pessoa continua não sendo careca. Se retiramos mais um único cabelo, ela continua não sendo careca. Logo, a retirada de um único cabelo não faz ninguém careca. Mas então qual a quantidade relevante? Existe uma quantidade relevante?

A aplicação de uma palavra indeterminada não tem limites claros. Isso é mais facilmente perceptível em palavras graduais, que envolvem quantidades, como 'monte', 'careca', 'alto', 'rico' etc. Mas essa característica pode ser estendida para palavras mais abstratas. Pensemos por exemplo na noção de justiça social. Se definimos justiça social por uma série de critérios, a não satisfação de um desses critérios altera a aplicação do termo? Se definimos a França como exemplo de país com justiça social (por diversos critérios, como saúde e educação para todos, poder judiciário independente etc), o fato de existir uma alta taxa de desemprego nesse país o torna um exemplo de injustiça social? Podemos então dizer que a França ao mesmo tem (por certos critérios) e não tem justiça social (por outros critérios)?

## 2. Uma regra pragmática no uso de expressões indeterminadas

Pelo exposto, a indeterminação semântica de fato parece levar à contradição. Ora, como vimos, a contradição é inaceitável, tanto do ponto de vista semântico, quanto do ponto de vista pragmático, de modo que o uso concreto da língua deve evitar, tanto quanto possível, a contradição no uso de palavras indeterminadas. Devemos procurar uma regra que evite esse tipo de contradição, ou ao menos minimize a sua ocorrência.

Proponho que essa regra seja de natureza pragmática (cf. Moura,1998b). Para a definição da regra, utilizarei a noção de implicatura de Grice (1975) e a noção de contexto apresentada em Gazdar (1979) e Levinson (1983).

A regra é a seguinte: “Se o falante *F* enunciou ‘*x* é *P*’ num dado contexto, presumindo que *F* está sendo cooperativo, e tendo em vista ainda que *P* é uma palavra indeterminada, então se pode deduzir que *F* implicou ao menos duas coisas:

- (i) *F* pensa que ‘*x* não é *P*’ é falso.
- (ii) *F* pensa que uma pequena variação na aplicação de *P* não é relevante, ou seja, objetos ou indivíduos irrelevantemente diferentes de *x* (em relação à propriedade *P*) também são *P*, e é essa a interpretação que devemos dar de *P*.”

Vejam como essa regra se aplica ao exemplo de ‘justiça social’. Se um falante *F*, num dado contexto, afirma que:

- (4) A França é um país socialmente justo

então, por implicatura (de acordo com a regra acima), deduzimos (por i) que *F* pensa que a sentença “A França não é um país socialmente justo” é falsa, sendo eliminada assim uma possível contradição nas crenças de *F*. Além disso, por (ii), deduzimos que *F* pensa que países que sejam pouco diferentes da França nos critérios relevantes, também são socialmente justos. Por exemplo, se a Alemanha se parece com a França nos critérios relevantes de justiça social, então o falante *F* também pensa que a Alemanha é um país socialmente justo. Mas nada nos leva a crer que *F* pense que um país muito diferente da França nos critérios relevantes (como o Brasil), seja também um país justo. Assim, o uso de uma expressão indeterminada admite uma variação irrelevante na sua aplicação, mas não uma grande variação. Isso garante a coerência dessas expressões e evita o paradoxo de sorites. Quer dizer, a perda de um só cabelo não torna ninguém careca, mas a perda de uma grande quantidade de cabelos, sim.

Observe-se que essa regra só funciona em contexto, definido aqui como em Levinson (1983:212): “O contexto consiste em um conjunto de proposições que são mutuamente conhecidas pelos participantes, ou que ao menos são aceitas como não-controversas... Durante a conversação, os participantes aumentam o contexto pela adição das proposições que eles expressam”. Além disso, as implicaturas<sup>1</sup> de cada nova sentença são acrescentadas ao contexto. Quer dizer, ao enunciar (4), o falante, de acordo com a regra proposta, acrescenta ao contexto as implicaturas segundo as quais (a) ele pensa que a negação de (4) é falsa e (b) ele pensa também que o conceito de “socialmente justo” se aplica a países como a França, mas não a países muito diferentes da França.

Essas inferências não são lógicas, mas definidas contextualmente. Desse modo, como todas as implicaturas, essas inferências podem ser canceladas (cf. Grice,1975 e

---

<sup>1</sup> Não só as implicaturas, mas também as implicações (acarretamentos) e pressuposições de cada nova proposição. Mas, para a regra proposta, apenas as implicaturas são relevantes.

Levinson, op. cit:114). A primeira implicatura (de que *F* pensa que a negação de (4) é falsa) pode ser facilmente cancelada se *F* acrescenta ao contexto a sentença (5) abaixo:

(5) Na verdade, a França é um país justo segundo certos aspectos, mas injusto em outros, como na questão do desemprego.

Essa sentença não é contraditória, mas apenas explora as diferentes interpretações do conceito de país 'socialmente justo'. Com isso, fica cancelada a implicatura de que *F* não aceita que a França seja considerada um país socialmente injusto. A segunda implicatura (segundo a qual, para *F*, países semelhantes à França são também socialmente justos) é igualmente cancelável, desde que *F* produza enunciados como (6) abaixo:

(6) A França é um país socialmente justo, mas a Alemanha não.

No uso cotidiano da linguagem, comumente realizamos esse tipo de inferências sobre as crenças dos interlocutores, mas essas inferências são sujeitas a cancelamento, se novas informações são acrescentadas. Por exemplo, se alguém diz que Xuxa é linda, podemos inferir que ele acha Angélica linda também. Mas se em seguida esse mesmo falante acrescenta que ele considera Angélica apenas simpática, mas não linda, então devemos rever nossa inferência inicial. O velho problema é que não temos limites claros para o uso das palavras indeterminadas, como 'linda'.

### 3. Contradição e papéis sociais

Até aqui temos considerado apenas situações interacionais em que os papéis sociais dos falantes não foram relevantes na aplicação da regra proposta. Quando os interlocutores visam eliminar qualquer contradição nas crenças do outro, eles estão sendo cooperativos e evitam qualquer conflito de papéis sociais, ainda que potencialmente as palavras indeterminadas gerem contradições.

Vou analisar agora dois exemplos em que a contradição potencial no uso de palavras indeterminadas reaparece com força, em função de um conflito de papéis na interação (cf. Sarangi & Slembrouck, 1992). Os dois exemplos envolvem a literatura, mas podem ser estendidos ao uso cotidiano da linguagem.

O primeiro exemplo é um poema de Robert Frost, denominado *Lucretius versus the Lake Poets*. Aparentemente, o poema trata de uma discussão erudita sobre a interpretação do poeta romântico inglês Landor (um dos *Lake Poets*). Mas na verdade temos aí uma sutil crítica da universidade e de seus saberes, num confronto entre o poeta e o chefe (*dean*) do Departamento de Inglês da Universidade de Harvard.

O que me interessa aqui é como esse conflito de papéis (o poeta, falando de fora da universidade X o chefe de departamento de uma universidade prestigiosa) interfere diretamente no uso da uma palavra indeterminada (no caso, 'natureza').

Como relata o poema, o *dean* afirmara que a palavra natureza ('*Nature*'), num famoso quarteto de Landor<sup>2</sup>, deve ser interpretada como "paisagens

<sup>2</sup> O quarteto de Walter Savage Landor (1775-1864) é o seguinte: "I strove with none, for none was worth my strife/Nature I loved; and next to nature, Art/I warmed both hands before the fire of life/ It sinks, and I am ready to depart."

agradáveis" ("*Pretty Scenery*"). Ironicamente, o poeta diz que isso pode ser válido na 'nomenclatura universitária', mas, segundo ele, trata-se de uma afirmação contraditória. Ou seja, o poeta não atribui ao seu interlocutor um uso não-contraditório da palavra natureza, mas exatamente o contrário. Nesse sentido, ele não aplica a regra pragmática proposta, deixando de fazer as inferências devidas, pois ele simplesmente atribui ao interlocutor crenças contraditórias.

O raciocínio é mais ou menos o seguinte. O professor de Harvard define 'nature' como paisagens agradáveis, de modo que, por implicatura, coisas como rios, montanhas, árvores etc, fariam parte da natureza, mas os aspectos desagradáveis da natureza ou mesmo os seres vivos não fariam parte da natureza. O poeta afirma que isso é absurdo, pois a natureza, por não ter limites precisos (diríamos nós), abrange tudo que existe ("*the Whole Goddam Machinery*"). Como estabelecer um limite arbitrário para a interpretação de 'natureza', incluindo certas coisas e excluindo outras que têm semelhança entre si? O sentido de 'natureza' é indeterminado, e pode se aplicar tanto a paisagens agradáveis, como aos aspectos mais desagradáveis da vida animal, na medida em que essas coisas têm algo em comum.

Desse modo, o poeta não aceita a delimitação estabelecida pelo professor, na medida em que ela exclui arbitrariamente da denotação de 'natureza' coisas que aí cabem normalmente. Evidentemente, esse conflito de interpretações revela um conflito social, entre alguém de dentro e alguém de fora da universidade. A interpretação do professor, aliás, representa a do expert, daquele que é autorizado socialmente a definir as significações. Definir 'natureza', na poesia romântica, como 'paisagens agradáveis' é certamente estar dentro da tradição de uma certa comunidade de experts. Mas o poeta é um não-expert, ou ao menos alguém que está fora da instituição, e como tal não crê na coerência dessa definição da 'nomenclatura universitária'. Segundo ele, no poema romântico natureza é tudo que existe, o agradável e o não-gradável.

Se voltamos ao título, vemos que ele camufla o conflito social e interpretativo num conflito entre autores, ou entre escolas. O título se refere ao poeta latino Lucrécio, conhecido por seu panteísmo, e aos *Lake Poets*, ou seja, aos poetas românticos ingleses. Lucrécio representaria uma noção ampla de natureza e os poetas românticos uma visão adocicada e restrita. Mas na verdade o conflito é entre o poeta, de fora da universidade, e as crenças disseminadas na universidade. Como diz o primeiro verso do poema de Frost, *adult education may seem silly* (a educação de adultos pode parecer tola).

Quanto a este exemplo, gostaria de discutir um último problema. As crenças do *dean* são em si mesmas contraditórias? A resposta é não. Ele usa coerentemente a palavra natureza, e um interlocutor cooperativo deduziria as implicaturas relevantes. Elas passam a ser contraditórias na avaliação de um interlocutor não-cooperativo (quando está em jogo um conflito de papéis sociais).

Passo agora ao segundo exemplo. Trata-se da leitura de um poema de William Carlos Williams por um grupo de estudantes de graduação em Letras,

seguindo a metodologia do protocolo em grupo. Esse *corpus* foi coletado e analisado em Vieira, 1998. Ela aí explicita os aspectos interacionais desse evento interpretativo (cf. Vieira neste volume). O ponto que discutirei brevemente aqui envolve a definição de socialismo, evocado pela citação de Lênin no poema analisado (cf. Vieira, op. cit.).

Ao se perguntarem sobre a razão da aparição do nome de Lênin no poema, os alunos-leitores são obrigados a especificar o sentido de socialismo, e o fazem por negação da crença de que o socialismo seja um sistema igualitário:

- (7)
- |    |        |  |   |
|----|--------|--|---|
| 01 | Sílvia | E por que Lenin e Darwin?  |   |
| 02 | Clara  | Tá   |   |
| 03 | Sílvia | Leni::n  |   |
| 04 | Paulo  | Um ditador/ Cha::  | [ Socialismo/ igualdade entre as partes// entre |
| 05 | Maria  | aspas//  |   |
| 06 | Pedro  |  | É   |
| 07 | Sílvia |  | //Igualdade                                     |
| 08 |        | entre as partes // Tudo mundo é igual/ nananá/ ninguém tem nada/tudo é igual |   |

Maria põe “igualdade entre as partes” entre aspas, e como tal discorda polifonicamente dessa afirmação (Ducrot, 1987). Sílvia faz o mesmo percurso, mas a negação polifônica se dá pela ironia “nananá”<sup>3</sup>. As duas atribuem a um outro enunciador não-especificado a crença segundo a qual o socialismo é um sistema igualitário, mas negam essa crença e afirmam exatamente o contrário, ou seja, para elas o socialismo é injusto e não igualitário.

Se esse evento interacional tivesse se fechado aí, a aplicação da regra pragmática proposta se daria sem problemas. Ou seja, poder-se-ia atribuir aos alunos uma crença não contraditória, e além disso seria fácil prever que eles considerariam países como a antiga União Soviética ou Cuba como países socialistas, dada a interpretação que dão de socialismo.

Mas novamente aqui, como no primeiro exemplo, um conflito de papéis sociais recoloca em cena a contradição inerente às palavras indeterminadas. Apesar de seu esforço em propor uma metodologia inovadora de interpretação de textos, a professora não consegue anular o seu papel de expert, como veremos a seguir. Assim, uma simples intervenção informando sobre o contexto de produção do poema acarreta uma modificação na delimitação do sentido de socialismo para os alunos. A professora diz:

- (8) Pesq: Isso é da década de quarenta, esse poema, tá? Década de quarenta, tá? Lembrem-se disso, é importante.

A fala do expert exercerá uma enorme pressão sobre a definição do conceito de socialismo, e na conseqüente não aplicação da regra pragmática de não-contradição. Recupera-se o ideal de socialismo, muito além da realidade

<sup>3</sup> Ducrot (op. cit.) fornece uma análise polifônica tanto da negação, quanto da ironia.

stalinista. O socialismo passa a ser agora, na fala dos alunos, simultaneamente igualitário e não-igualitário. Eles parecem assumir duas crenças contraditórias.

Se a intervenção da professora não carregasse o grande peso do papel social do expert, provavelmente as crenças assumidas pelos alunos permaneceriam as mesmas. A coerência de suas afirmações permaneceria intocada. Mas o conflito de papéis sociais (certamente não desejado pela professora) acarretou o cancelamento dessa coerência, por meio do cancelamento da implicatura esperada.

Podemos observar duas diferenças em relação ao exemplo anterior. No caso do poema de Frost, o poeta atribui ao professor de Harvard crenças contraditórias, mas consideradas em si mesmas, elas são de fato coerentes.

Já no segundo exemplo, a contradição é assumida nas crenças dos próprios falantes, em função da aceitação da definição da professora passar a conviver com a crença anterior dos alunos.

Uma segunda diferença é que, no primeiro exemplo, a intervenção do poeta é certamente não-cooperativa, ao cancelar a aplicação automática da regra pragmática sobre a fala de seu interlocutor. No segundo caso, a intervenção da professora é cooperativa, na medida em que ela não põe em dúvida a coerência da definição dos alunos, mas apenas deseja acrescentar uma informação contextual. Porém o seu papel social é tão forte que essa informação passa a ser essencial, alterando as crenças assumidas pelos alunos.

#### 4. Conclusão

Até aqui vimos que, ainda que aceitemos que a interpretação de sentenças seja, como no jogo de xadrez, regulada por regras, devemos especificar ao menos dois aspectos. Em primeiro lugar, regras puramente semânticas, definidas em termos de condições de verdade das sentenças, não são suficientes para explicar o uso das palavras semanticamente indeterminadas. Esse tipo de palavra é potencialmente contraditória, e só uma regra pragmática como a proposta pode mostrar a coerência no uso dessas expressões. Assim, devemos combinar regras semânticas e pragmáticas na interpretação de sentenças em línguas naturais.

Mas até aí a análise se encaixaria perfeitamente na perspectiva de Grice (1975); teríamos apenas acrescentado uma nova implicatura ao repertório de inferências conversacionais. Essas implicaturas resultam, na perspectiva de Grice, do uso de procedimentos racionais para a apreensão da intencionalidade dos falantes. Essas implicaturas funcionam, portanto, num processo interativo entre seres racionais e que visam uma comunicação cooperativa.

O que a análise parece haver mostrado é que uma regra pragmática como a proposta envolve não só a racionalidade dos falantes, mas também os papéis sociais presentes na interação. Em outros termos, as implicaturas propostas para o uso das palavras indeterminadas podem ser canceladas se um conflito entre papéis surgir na interação.

Portanto, uma das conclusões possíveis deste artigo é que a aplicação de certas implicaturas<sup>4</sup> não depende apenas da intencionalidade dos falantes, mas dos papéis sociais em jogo na interação (cf. Sarangi & Slembrouck, 1992).

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- DUCROT, O. (1987) *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes.
- FROST, R. (1995). *Collected Poems, Prose & Plays*. New York, The Library of America.
- GAZDAR, G. (1979) *Pragmatics: implicature, presupposition and logical form*. New York, Academic Press.
- GRICE, H.P. (1975). *Logic and conversation*. In Cole & Morgan (eds.) *Syntax and semantics*. Vol. 3. New York, Academic Press.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago, Chicago Press.
- LEVINSON, S. (1983) *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge Press.
- MOURA, H. (1998a) Indeterminação na língua e na poesia. *Revista da ANPOLL* 5. São Paulo, USP.
- \_\_\_\_ (1998b) *La comparaison: restructuration de catégories*. *Annales du XVIe Congrès International des Linguistes*. Ed. Elsevier. (publicação em CD-ROM).
- \_\_\_\_ (1998c) *Semantics and pragmatics on consistency of vague words*. Comunicação apresentada no Simpósio *Logic in Natural Language (LINGUA'98)*. Dep. de Informática UFPE, Recife.
- PINKAL, M. (1995) *Logic and lexicon*. Dordrecht, Kluwer.
- QUINE, W.O. (1960) *Word and object*. Cambridge, Mass., Harvard Press.
- SARANGI, S. & SLEMBROUCK, S. (1992) *Non-cooperation in communication: a reassessment of Gricean pragmatics*. *Journal of Pragmatics* 17.
- VIEIRA, J (1998) "Eu não gostei desse sentido": indeterminação na leitura em grupo. Comunicação apresentada no VIII INPLA, São Paulo, PUC-SP.
- WITTGENSTEIN, L. (1984) *Investigações filosóficas*. Col. Os pensadores. São Paulo, Abril.
- WRIGHT, C. (1976). *Language-mastery and the sorites paradox*. In: Evans, G. & McDowell, J. (eds.) *Truth and Meaning*. Oxford, Clarendon Press.

---

<sup>4</sup> Um outro exemplo de implicatura cancelável na presença de conflito de papéis sociais parece ser aquela baseada na máxima da máxima da qualidade, e segundo a qual um falante, ao fazer uma asserção, deve ter um fundamento para fazê-la. Desse modo, a produção de uma asserção envolve, por implicatura, a idéia de que o falante dispõe de evidência adequada que a fundamenta. Mas podemos imaginar um contexto no qual, em função de conflito de papéis, um interlocutor cancela essa implicatura e questiona o falante sobre o fundamento do que ele está dizendo.

